

ENERGIA – DE ESTOCOLMO À RIO+20

Suani T Coelho e Jose Goldemberg

Uma das críticas feitas frequentemente aos assim chamados Milénium Development Goals (MDG) é que eles não incluem uma meta específica para energia, apesar do fato óbvio que todos os objetivos necessitam fundamentalmente de energia.

Este é um problema que vem desde a Conferência de Estocolmo em 1972, devido à ênfase exclusiva nas questões ambientais.

Pela primeira vez essa vertente energética foi discutida em 2002, a partir de uma iniciativa do Brasil. A proposta brasileira (Brazilian Energy Initiative), idealizada, endossada pelo Governo brasileiro e aprovada pelos países da América Latina e Caribe, foi apresentada no World Summit for Sustainable Development – Rio+10 em Joanesburgo.

Apesar da oposição dos países produtores de petróleo (OPEP) e de vários países desenvolvidos (à exceção da União Europeia), foi finalmente aprovada nessa conferência uma resolução em que, pela primeira vez, foi mencionada a importância das energias renováveis.

Em paralelo foram aprovadas as chamadas Iniciativas Tipo II, que passaram a incorporar a energia, em particular o acesso à energia em iniciativas e estudos regionais, como o Global Network for Sustainable Development (GNESD) e o Network of Regional Governments for Sustainable Development (nrg4SD).

Entretanto, apesar de outras iniciativas, inclusive por parte da própria ONU – como o Secretary General's Advisory Group on Energy and Climate Change (AGECC), a conferência Rio+20 não incorporou metas quantitativas de energia renovável e acesso à energia no seu documento final, o que pode ser visto como um retrocesso.

Neste capítulo, discutimos as diferentes abordagens da questão energética, desde a Conferência de Estocolmo até a Rio+20, analisando os progressos e retrocessos ocorridos até então.